



VILA REAL STº ANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 06/2016

Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros**, Presidente da Assembleia Municipal, **Maria do Rosário Papafina Proença**, Primeira Secretária, **Miguel Moreira da Costa** Segundo Secretário, e os membros eleitos das **Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA**, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, **António José Cardoso Gomes**, **David Miguel Vasques da Silva**, **Maria Alexandra Martins do Livramento**, **Vítor Manuel de Figueiredo F. Rosa**, **André Manuel Pimenta Oliveira**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto L. Guerreiro**, **Ricardo José Madeira Cipriano**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **José João Rosa Gonçalves**, **Albertina da Piedade Fernandes Madeira**, **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita António**, **Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Luís Manuel Negrão Vargas** e **José Manuel Camarada Veia** e conforme Edital de 9 de novembro de 2016, reuniu em sessão **ORDINÁRIA**, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

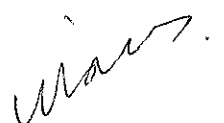
ABERTURA DA SESSÃO: a 1ª Secretária procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, substituído por **António José Cardoso Gomes**, **Lara Sofia Vairinhos Rosa**, substituído por **Vítor Manuel de Figueiredo F. Rosa** e **Armando José Parra da Silva** substituído por **André Manuel Pimenta Oliveira**. Na bancada do **PS** registou-se a ausência de **Luis Manuel da Rosa Fernandes** que foi substituído por **José João Rosa Gonçalves** e de **Rui João Gutierrez Setúbal** substituído por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**. Na bancada do **BE**, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

No **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** intervieram **António Filipe Parra Martins** e **José Manuel Camarada Veia**. -----

António Filipe Parra Martins referiu que numa última visita do PCP a Vila Real de Santo António, acompanhada pelo Grupo Parlamentar foi possível constatar uma situação complicada no cais fluvial. Explicou que desde Novembro de 2015 não há transporte de viaturas através do ferry porque o cais não apresenta condições de segurança, que no passado mês de Agosto a situação agravou-se quando o cais foi totalmente interdito, que atualmente o transporte está a ser feito utilizando o cais destinado às embarcações marítimo-turísticas que apenas permite acesso a passageiros, constituindo um perigo para os utentes e perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento de quando esta situação será regularizada. De seguida mencionou os contentores subterrâneos situados junto ao mercado de Monte Gordo e sublinhou: *“Nós alertámos numa reunião de câmara para os maus cheiros e para a má localização dos contentores. Registámos com agrado que a sua utilização foi eliminada seguindo a nossa sugestão. Foram colocados contentores de superfície e esperamos que seja garantido que esta nova situação é acompanhada por um bom sistema de limpeza. Mantemos a preocupação em relação a muitas outras zonas que estão equipadas com contentores subterrâneos que continuam a não ser utilizados”*. Perguntou por que razão existem contentores de superfície em locais onde há contentores subterrâneos bem localizados. Fez ainda uma saudação a todos os trabalhadores da Administração Pública que estiveram na passada sexta-feira em luta pelo aumento de salários e descongelamento de carreiras. Demonstrou a preocupação da CDU relativamente à privatização de serviços na autarquia e à instabilidade inevitavelmente criada nos serviços que está a despertar bastantes preocupações entre os trabalhadores em relação à manutenção de direitos, salários e antiguidade, e acrescentou: *“Os trabalhadores têm muitas dúvidas sobre os prazos que a Câmara Municipal e a SGU pretendem ter para a implementação destes direitos”*. -----

José Manuel Camarada Veia afirmou que ultimamente tem havido alguma guerra entre o anterior e o atual Presidente da Câmara Municipal sobre a legalidade de algumas construções no concelho. Pediu um esclarecimento sobre esta matéria ao Presidente da Câmara Municipal e pediu que seja feita a divulgação das Atas dessa altura para clarificar as atitudes tomadas. -----

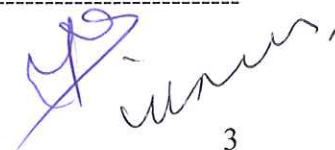


O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **José Veia** que vai preparar um *dossier* com a documentação que mostra que a situação das demolições não é só uma preocupação da sua parte, e acrescentou: *"A Câmara Municipal recebeu no dia 3 de Novembro a última informação por parte do Ministério Público para demolir uma urbanização como já tinha acontecido com outras, para darmos cumprimento à sentença do Tribunal Administrativo que foi a sentença de nulidade de alguns licenciamentos. Os factos estão expressos nos documentos"*. A **António Martins** disse que o cais fluvial é uma responsabilidade do Governo mas que a autarquia já apelou para que esta situação seja resolvida. Acrescentou a prontidão por parte da Docapesca em resolver essa questão e frisou que recentemente foi lançado o concurso público que deve estar em vias de adjudicação para que rapidamente se inicie a intervenção necessária. Quanto à questão dos lixos explicou que se trata de uma prestação de serviços que a Câmara vai fazer com uma empresa que ganhou o concurso e que quanto às águas, trata-se de uma concessão durante 30 anos e que não se vai alienar a infraestrutura. Disse ainda: *"Registamos a vossa preocupação com os trabalhadores da Câmara Municipal e da Empresa Municipal, mas ainda há pouco tempo tivemos uma conversa com os trabalhadores, a Vice-presidente recebeu o STAL e informámo-los que só mudam para os operadores se assim entenderem. Se não pretenderem mudar ficam nas mesmas ou noutras funções na SGU, os que mudarem não perdem nenhuns direitos e se quiserem recuar a sua posição de origem podem fazê-lo"*. -----


José Manuel Camarada Veia afirmou que, relativamente às ordens de demolição, não viu da parte do Presidente da Câmara a disposição de cumprir o que foi estipulado pelo Tribunal e perguntou se há outra alternativa. Disse ainda esperar que dado a ordem de trabalhos desta Assembleia ter dezoito pontos, não existam limitações na discussão dos mesmos. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que até hoje nunca se acabou uma Assembleia enquanto não fossem discutidos todos os pontos e que nesta sessão, se não for possível discutir todos os pontos até às 00h00, a mesma prosseguirá nos termos regimentais. Seguidamente deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **Ponto 1 - EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**. Informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: -----

- Informar que toda a correspondência recebida na AM no período entre a Assembleia anterior e esta foi enviada por mail aos representantes de cada bancada, nomeadamente: ---
- Questionário do MDM sobre o projeto "As Mulheres no Poder Local no Algarve. Vivências ao longo de 40 anos do poder local democrático"; -----



- Correio eletrónico de “Os Verdes” sobre o projeto de lei, que propõe devolver os baldios às comunidades e sobre a necessidade de resolução de problemas ambientais na Ria Formosa e pela suspensão das demolições nas Ilhas Barreira; -----
- Da ARS Algarve, Ata do Conselho da Comunidade; -----
- Do Grupo parlamentar do BE, dois mails com questões colocadas ao Governo sobre a falta de legislação para proibir o herbicida glifosato no espaço público e sobre o centro de Medicina Física de Reabilitação do Sul; -----
- Do Grupo Parlamentar do PCP, seis mails com os seguintes assuntos: -----
 - . Discussão em Comissão do Projeto de Lei sobre a reposição das freguesias; -----
 - . Construção de um novo cais fluvial para as carreiras entre VRSA e Ayamonte; -----
 - . Aplicação da resolução da AR sobre as obras de requalificação da EN 125; -----
 - . Aprovação do PJR com a proposta de medidas que contribuam para a diminuição dos custos com combustíveis; -----
 - . Futuro das oficinas EMEF – Empresa de manutenção de equipamento ferroviário – de VRSA e dos seus trabalhadores; -----
 - . Melhoria dos transportes ferroviários no Algarve; -----
- Do Grupo Parlamentar do PSD mail com questões colocadas ao Ministério do mar sobre os critérios do Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo no Domínio da Eficiência Energética. Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente:-----
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA – COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA, PARA CONFEÇÃO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO – COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUIAS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL em nome de Sofia Maria Matias Rodrigues Ramalho, Maria Emanuel da Rocha Fontes Pereira de Melo, Maria da Luz Pulido dos Anjos, Maria José Costa Ferreira Romão, Daniela Filipa Santos Beato, Maria Luisa Pereira Fernandes Antunes, Maria de Fátima Lourenço Claudino Currito e Nídia Sofia Galhardo Bonança Ferreira. -----
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICO NO ÂMBITO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA MANTA ROTA, PLANO DA PRAIA DE MONTE GORDO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO – COMUNICAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUIAS À AM; -----



- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELECTRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VRSA E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA – RENOVAÇÃO 2016/2017. -----

Foram distribuídas pelas bancadas cópias dos documentos atrás descritos.-----

2. SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -----

Maria Alexandra Martins do Livramento informou a CPCJ que, por questões de incompatibilidade de horário, não poderá permanecer naquele órgão pelo que foi substituída por **Miguel Moreira da Costa**. -----

Os membros da Assembleia Municipal concordaram com a proposta apresentada pela bancada do PSD, pelo que, a decisão será comunicada à CPCJ. -----

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 5,6 e 7/2015 e 1,2 e 3/2016; -----

António Filipe Parra Martins chamou a atenção para o facto de as Atas estarem a ser aprovadas tardiamente e propôs que se arranje uma solução para que as mesmas possam ser aprovadas com maior brevidade. Frisou que na Ata n.º 7/2015 deveria constar que a bancada do PSD fez referência à pretensão do alargamento do horário das 35 horas aos trabalhadores da SGU. -----

Foram prestados esclarecimentos e a Ata manteve o mesmo teor. -----

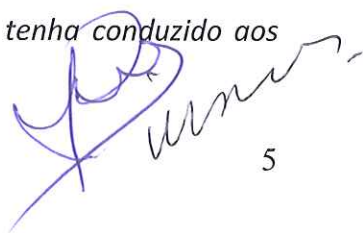
O **Presidente da Assembleia Municipal** mostrou disponibilidade da parte da Mesa para esclarecer as situações que carecem de clarificação e disse que as gravações das Atas estão disponíveis para qualquer esclarecimento.-----

José Manuel Camarada Veia disse concordar com **António Martins** e opinou que em cada sessão da assembleia dever-se-ia aprovar a Ata da sessão anterior. -----

Colocadas a votação as Atas foram aprovadas por **MAIORIA** com as abstenções dos deputados que não estiveram presentes nas respetivas Assembleias. -----

4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO LANÇAMENTO DA DERRAMA; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 31 de outubro, com as abstenções dos **Vereadores Célia Paz e José Barão**. -----

Colocada a discussão, registou-se a intervenção de **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** que fez a seguinte declaração: *"A bancada do PS vai ser coerente com a posição dos Vereadores, tomada na Câmara Municipal. Consideramos que as empresas locais não tiveram qualquer evolução positiva, mas, por ser uma taxa obrigatória, vamos abster-nos. Lamentamos que a gestão do executivo PSD, nos últimos onze anos, tenha conduzido aos*



gastos efetuados tanto no PAEL, no Fundo de Reequilíbrio Financeiro e no FAM". Disse ainda que a bancada do PS fará uma Declaração de Voto conjunta para os pontos 4,5,6 e 7. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da bancada do **PS** e os votos contra das bancadas da **CDU** e **BE**. -----

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por unanimidade em reunião de câmara de 31 de outubro. -----

Não havendo intervenções e colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA**, com o voto contra da bancada do **BE**. -----

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 31 de outubro, com a abstenção dos **Vereadores Célia Paz e José Barão**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE** e a abstenção dos membros do **PS**.-----

7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS; Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 31 de outubro com as abstenções dos Vereadores Célia Paz e José Barão.-----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro perguntou se a taxa fica nos 0,45 ou nos 0,50?-----

António Manuel Cipriano Cabrita elogiou a ação da Câmara Municipal por o IMI ter descido 0,5 pontos percentuais apesar das dificuldades. -----

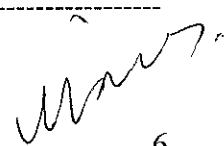
Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro afirmou que também a bancada do PS se regozija dos valores do IMI terem descido mas frisou que esta descida se deve também à intervenção dos Vereadores do PS. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que a proposta é bem clara e que o valor foi fixado em 0,45. -----

José Manuel Camarada Veia pediu que seja feito um esclarecimento relacionado com a majoração de 30% para qualquer tipo de melhoramento da zona histórica. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que esta é uma penalização para pessoas que têm o seu património classificado a deteriorar-se. É um estímulo à reabilitação ou à venda forçada nos termos que decorre da lei para que as pessoas possam reabilitar o património. --

Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE** e da **CDU** e a abstenção do **PS**. -----



A bancada do **PS** entregou Declaração de Voto relativa aos pontos 4,5,6 e 7. -----

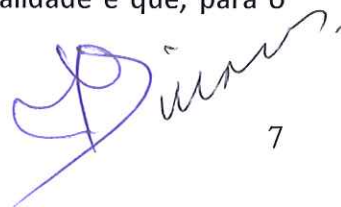
8. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2017; - Presente a proposta da **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria com as abstenções dos **Vereadores Célia Paz e José Barão**, em reunião de câmara de 31 de outubro.-----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções das bancadas da **CDU, PS e BE**.-----

9. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2017; - Presente a proposta da **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 31 de outubro com os votos contra dos **Vereadores Célia Paz e José Barão**. -----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro afirmou que o **PS** sente que houve o provocar constante do aumento das taxas municipais e que são os munícipes e os investidores que têm sido chamados a pagar para atenuar a crise financeira que foi provocada e acrescentou: *“Só em 2017 estão previstos quase 2 milhões de euros de taxas de resíduos sólidos, valor ao qual tem de ser acrescida a taxa de saneamento de valores muito semelhantes e dos valores mais elevados do fornecimento de água do país. Só em juros de serviços da dívida, os pagamentos, mesmo após as receitas e negociações, chegou a atingir mais de dois milhões e meio de euros. Estranhámos que na rubrica de outras receitas correntes do orçamento apareça um valor de mil euros devido à concessão de parque de estacionamento. Mas não era suposto que a remuneração mínima do estacionamento tarifado, só de Vila Real de Santo António, fossem 180 mil euros? E ainda, ao analisar o orçamento da SGU, o relatório do ROC, entre outras situações, refere-se à extensão da unidade de ambiente decorrente do processo de concessão externa dos serviços de fornecimento e abastecimento de águas residuais tem um impacto significativo e direto face ao orçamento executado em 2016 na redução verificada nas vendas. Nos gastos com o pessoal reflete um decréscimo de 60% que estão diretamente relacionados com a transferência de pessoal referente ao processo de concessão acima referido. Perguntamos se significa isto que a SGU vai concretizar despedimentos? Presumimos que são todos os trabalhadores que eventualmente estejam contratados a termo. O que acontece com os que são efetivos e se recusam a ser transferidos para a empresa concessionária?”*. -----

José Manuel Camarada Veia referiu que a quantidade de documentos que receberam é muito extensa e que, por isso, não foi possível analisá-los na sua totalidade e que, para o



Bloco de Esquerda, não existe informação do que se passou nas reuniões de câmara onde os partidos fizeram a sua discussão e votação. Perguntou ainda o que é a SA VRSA, se é uma sociedade anónima e que tipo de negócios promove. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** disse a **José Veia** não saber o que é a SA VRSA a que se refere. A **Maria Luisa Castro** disse que não viu no orçamento nenhuma informação a dizer que não é contabilizado o valor das rendas dos parques de estacionamento. -----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro explicou que não percebe muito de orçamentos e que estas questões que referiu são o resultado de um trabalho de equipa da qual é portavoza. -----

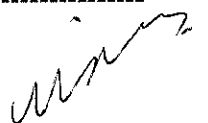
O **Presidente da Câmara Municipal** disse que a rubrica é outra e refere-se aos rendimentos de propriedade. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse que, pese embora este tipo de afirmações, opinou que este orçamento comporta o FAM, é um orçamento base zero, a dívida municipal no que toca aos fornecedores municipais está praticamente a zeros, o que mostra que tem havido uma preocupação com a economia local e que a dívida da Câmara Municipal é uma dívida clara em que todas as faturas que existem estão lançadas. Acrescentou que este executivo, nos últimos anos nunca guardou faturas e que cerca de 65 milhões de euros foram gastos em saneamento básico, obras que resolveram os problemas das inundações, não há lançamento de esgotos para o Rio Guadiana e a autarquia responde aos problemas sociais dos munícipes e que o endividamento da Câmara Municipal deve-se em grande parte a estas obras. Afirmou que a bancada do PSD continua a apoiar estas opções em termos de orçamento. -----

Ricardo José Madeira Cipriano afirmou que a questão colocada com a sua bancada prende-se com o facto de estar previsto na rubrica 07020907, 246 mil euros de receita e de na rubrica 07039903 uma verba de concessões de parques de estacionamento, o que suscita dúvidas. -----

Vítor Manuel de Figueiredo F. Rosa referiu que o preço da água tem a ver com o preço estabelecido pelas Águas do Algarve e que desde 2005 até à atualidade foram feitos 240 Km de redes de água, 60% das quais novas ou reabilitadas, cinco novos reservatórios de água para onde vão 18 milhões de litros o que faz com que 99% do território tenha água potável, vinte e seis estações elevatórias novas, seis estações triviais, quarenta e duas miniestações elevatórias na Aldeia Nova e um serviço de quatro piquetes 24 horas/365 dias por ano. -----

A proposta foi colocada a votação e foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS**, da **CDU** e do **BE**.-----



O PS entregou Declaração de Voto e a CDU leu e entregou Declaração de Voto. -----

10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGIME DE REGULARIZAÇÃO E DE ALTERAÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EXPLORAÇÕES DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, PECUÁRIAS, DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria no dia 8 de novembro em reunião de câmara municipal, com a abstenção do **Vereador José Cruz**. -----

António Filipe Parra Martins sublinhou que a bancada da CDU irá abster-se pelas dúvidas suscitadas por este tipo de procedimentos porque existe uma tentativa de legalizar uma situação que nasceu à revelia das regras. Disse ainda que o documento refere que esta construção ocupa terreno da Reserva Natural Agrícola e do espaço de salvaguarda da linha do caminho-de-ferro e que o problema é deixar-se que estas situações ocorram. Afirmou que devem ser evitados estes subterfúgios com vista à criação de procedimentos para legalizar algo que, de origem, deveria ter tido outros caminhos. -----

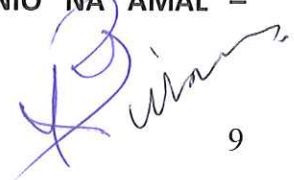
António José Cardoso Gomes recordou que, há seis anos, aquele espaço era uma lixeira de onde foram retirados dezasseis camiões de entulho e que aquele local emprega atualmente doze pessoas do concelho. Afirmou ainda que a cidade de Vila Real de Santo António é conhecida a nível mundial a custo zero com a publicidade que é feita ao evento, que no decurso do mesmo a ocupação do alojamento fica a 100% desde VRSA até Tavira e que o evento traz lucro ao concelho. -----

José Manuel Camarada Veia disse que não conhece bem as normas de funcionamento das associações columbófilas, que tem dificuldade em perceber certas questões, que acredita que o evento é bom para o concelho mas que não pode votar favoravelmente uma proposta que levanta algumas dúvidas- Perguntou se a zona apropriada para instalar o complexo columbófilo é rural, florestal ou urbana. -----

António Filipe Parra Martins afirmou que a questão relacionada com a sua intervenção tem a ver com a origem do problema suscitado e não com a valorização que a bancada da CDU faz e que reconhece o valor da arte da columbofilia e da sua vertente associativa que envolve centenas de vila-realenses. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções dos membros das bancadas da **CDU** e do **BE**. -----

11. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA AMAL –



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE RELATIVO AO SERVIÇO PÚBLICO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS;- Presente a proposta do Vereador João Rodrigues, aprovada por maioria em reunião de câmara de 8 de novembro, com o voto contra do Vereador José Cruz.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e a abstenção do **BE**. -----

12. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ADENDA/ADITAMENTO AO PROJETO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA O NÚCLEO POMBALINO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; -

Presente a proposta do Vereador João Sol Pereira, aprovada por maioria em reunião de câmara de 8 de novembro, com as abstenções dos Vereadores Luis Salas e Célia Paz. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE** e a abstenção da bancada do **PS**.-----

A bancada do **PS** leu e entregou Declaração de Voto. -----

13. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO RELATIVO AO ARRENDAMENTO DE 30 IMÓVEIS COM O FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO PARA ARRENDAMENTO HABITACIONAL CIDADES DE PORTUGAL; -Presente a

proposta da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade em reunião de câmara de 8 de novembro. -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE**. -----

António Manuel Cipriano Cabrita disse que quando se vota contra sem explicar o porquê é caso para questionar os motivos dessa votação. -----

José Manuel Camarada Veia afirmou que todas as pessoas têm o direito de votar da sua autoria sem dar explicações. -----

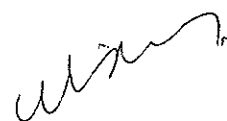
A bancada do **PS** leu e entregou Declaração de Voto. -----

14. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DOS POLIDESPORTIVOS DO COMPLEXO DESPORTIVO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal,

aprovada por maioria no dia 8 de novembro em reunião de câmara municipal, com os votos contra dos Vereadores Luis Salas, Célia Paz e José Cruz.-----

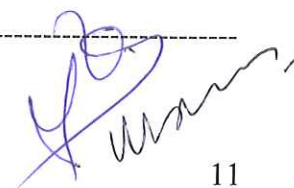
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE**, **CDU** e **PS**.-----

A bancada do **PS** leu e entregou Declaração de Voto. -----



O **Presidente da Câmara Municipal** pediu a palavra para Defesa da Honra. Tendo-lhe sido cedida a palavra, afirmou que cada um toma a posição de voto que quiser mas que esta declaração do PS falta à verdade. Dirigindo-se a **Maria Luisa Castro** disse-lhe que pode dizer se concorda ou discorda da operação, se o valor é justo ou não mas que dizer que a proposta assenta numa mera e futura passagem de instalações para a Câmara Municipal é não ser rigorosa e ler papéis que lhe põem à frente não é correto, e acrescentou: *“Quem ganhou o concurso renova completamente o parque desportivo da Câmara Municipal não tirando nenhum polidesportivo e reforçando os já existentes. A empresa vai pagar ao Município um milhão e trezentos mil euros para ter a posse durante trinta anos. Depois desse prazo, tudo o que lá está passa para o Município. Isso é completamente diferente do que a senhora deputada Luisa Currito acabou de dizer. E quando diz, no ponto anterior, que os imóveis não são do Município também incorre em erro porque esses imóveis são do Município e no ano de 2006, nesta Assembleia, foi aprovado um protocolo de venda desses imóveis por um preço abaixo do estipulado no mercado para ser feita habitação a custos controlados. Isto é muito diferente do que aconteceu no executivo anterior ao meu com os 160 fogos porque se vendeu por um preço muito baixo um terreno enorme por aproximadamente quarenta e nove mil euros em que se contraiu um empréstimo de sete milhões de euros num leasing para pagar em três anos, um buraco financeiro que eu tive de resolver quando cheguei à Câmara Municipal, o que equivalia a 500 mil euros trimestrais havia uma declaração do Eng.º Murta, enquanto Presidente da Câmara, em que retirava toda a responsabilidade de assumir as garantias do promotor e construtor daquele bairro. Isto não é boa gestão nem transparência. Respeitarei sempre a posição de cada bancada mas não posso aceitar que se falseiem os factos que estão explícitos nas propostas”*. -----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro pediu igualmente a palavra para Defesa da Honra e dirigindo-se ao **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que todas estas posições que foram tomadas na Assembleia Municipal também foram tomadas na Câmara Municipal e que não admite que o Presidente diga que lhe foram postos papéis à frente para ler, e acrescentou: *“Estou a lê-los depois de os ter feito no seguimento de uma reunião do Partido. Se há deputados que vêm à Assembleia sem ler os documento e só para ganhar a senha de presença, não sou eu. Não sei se o senhor presidente teve essa posição na Câmara Municipal quando os Vereadores do Partido Socialista falaram deste assunto. Sou do PS mas nunca pertenci ao executivo de António Murta. Neste ponto fiz precisamente como um deputado disse há pouco – votámos contra e fundamentei essa opção de voto”*. -----



15. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ONEROSO DE TRANSMISSÃO DE PRÉDIO URBANO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE UNIDADE HOTELEIRA SITO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO; - Presente a proposta do

Presidente da Câmara Municipal, aprovada por maioria em reunião de câmara municipal de dia 8 de novembro, com os votos contra dos **Vereadores Luis Salas e Célia Paz**. -----

António Filipe Parra Martins sublinhou que a bancada da CDU relembra que mesmo havendo polidesportivos a ser construídos, existe um que continua por acabar. -----

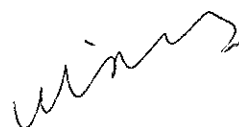
O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu que não sejam retomados pontos anteriores. –

António Filipe Parra Martins prosseguiu dizendo que a CDU sempre colocou reservas às soluções de planeamento que são feitas em cada quarteirão em vez de se proceder à revisão do PDM, que se manifestaram contra o processo que agora culmina e contra a solução apresentada, nomeadamente o destino a dar àquele espaço. Considerou desnecessária a utilização do espaço para construção quando em Monte Gordo há outros espaços disponíveis a poucos metros deste. Opinou que esta solução vai constituir um obstáculo frente à primeira linha de construções em Monte Gordo, vai fazer aumentar a pressão quanto ao estacionamento, vai eliminar um espaço público de lazer e poderá representar uma pressão na zona dos pescadores. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, tendo-lhe sido cedida a palavra pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, dirigiu-se a **António Martins** para lhe dizer que o Hotel previsto para o local em questão foi previsto desde a aprovação do PDM e foi retificado pela aprovação do POC anterior ao seu primeiro mandato. Frisou estar apenas a concretizar questões urbanísticas que já estavam tomadas antes de ser Presidente de Câmara e que concretizar o PDM é uma função legal sua. Disse ainda que antes de avançar com o lançamento deste concurso, pediu parecer à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, entidade competente nesta matéria e que deu parecer favorável. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE, CDU e PS** com a abstenção do deputado **David Miguel Vasques da Silva** por ser membro do júri do procedimento.-----

16. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO PASSADIÇO SOBREELEVADO DA PRAIA DE MONTE GORDO; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 31 de outubro com as abstenções dos **Vereadores Célia Paz e José Barão**.-----



António Filipe Parra Martins considerou válida esta proposta porque, na sua opinião, vai dar melhores condições de acesso aos visitantes e munícipes mas que, no entanto, a CDU preocupa-se com os valores a serem gastos. Perguntou se o valor de um milhão e seiscentos mil euros vai ser participado e como é que os concessionários de Monte Gordo vêm o conjunto de demolições que acontecerão na praia. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** informou que este projeto surge de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal e o Governo com o Ministério do Ambiente para a concretização de um passadiço sobrelevado que é uma medida de reforço e de salvaguarda do cordão dunar, um espaço ambiental sensível. -----

A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE** e do **PS**. -----

A bancada do **PS** entregou Declaração de Voto. -----

17. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA APROVAÇÃO DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA FRENTE RIBEIRINHA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 27 de setembro com as abstenções dos **Vereadores Luís Salas e Célia Paz**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com os votos contra do **BE** e da **CDU** e a abstenção dos membros da bancada do **PS**. -----

18. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. Colocado a discussão, não se registaram intervenções. -----

A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**.-----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

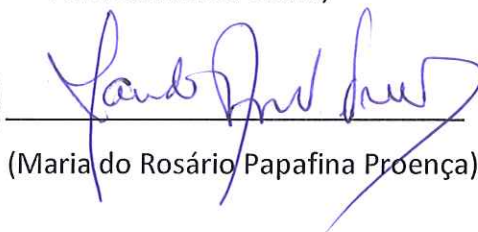
O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Carlos Costa Barros)



A Primeira Secretária,



(Maria do Rosário Papafina Proença)

